

TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO

- 1.1 Este documento tem o objetivo de reunir os elementos necessários e suficientes à caracterização do objeto a ser contratado, fornecendo subsídios para a montagem do plano de licitação e contratação. Em conformidade com a **Lei 10.520/2002** e os **Decretos Federais nº 7.892/2013** e **10.024/2019**, **Decreto Municipal nº 7.496/2013**
- 1.2 **A AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO EM GERAL EM MDF PARA UPA EM CONSTRUÇÃO BAIRRO SANTA LUCIA**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Maceió, em conformidade com **Lei 8.666/93**.

2. JUSTIFICATIVA

- 2.1 **AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO EM GERAL EM MDF PARA UPA EM CONSTRUÇÃO BAIRRO SANTA LUCIA**, que visa atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Maceió,
- 2.2 Os equipamentos de que tratam a presente aquisição são necessários para garantir a operacionalização do sistema para prestação de serviço à população, garantindo o atendimento na Unidade de Pronto Atendimento – UPA, localizada no Bairro Santa Lúcia, reduzindo os danos instalados e promovendo a saúde, visando à integralidade da assistência.
- 2.3 A unidade que se encontra em construção está localizada no endereço: Av. Aquiduaana, S/N, Bairro: Santa Lúcia – Maceió – AL, no VII distrito sanitário será de porte III, com 15 leitos de internação, sendo quatro de observação infantil, oito de observação adulto, dois leitos em quartos individuais, cinco leitos de emergência adultos e um leito de emergência infantil. A UPA funcionará 24 horas, todos os dias da semana, contando com uma equipe assistencial qualificada para atender as necessidades da região. Esse equipamento tem capacidade para 350 atendimentos diários.
- 2.4 A UPA 24 horas é um estabelecimento de saúde de complexidade intermediária, que, articulado com a Atenção Básica, o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU 192, a Atenção Domiciliar e a Atenção Hospitalar, tem como objetivo contribuir na melhoria do funcionamento da Rede de Atenção às Urgências (RAU).
- 2.5 As especificações e quantitativos dos equipamentos foram definidos levando em consideração o serviço que será implantado e de acordo com o que preconiza a Portaria

GM/MS n° 1020, 13 de Maio de 2009, bem como os parâmetros de atendimento estabelecidos na legislação do Sistema Único de Saúde, com o intuito do cumprimento de metas e indicadores.

2.6 Descrições com as especificações técnicas e os quantitativos estão no Anexo I deste Termo de Referência.

3. DO OBJETO

3.1 **AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO EM GERAL EM MDF PARA UPA EM CONSTRUÇÃO BAIRRO SANTA LUCIA**, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Maceió, conforme especificações e quantidades constantes no Anexo I deste Termo de Referência.

4. MODALIDADE DA LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

4.1 Por se tratar de contratação de Bens comuns, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei 10.520/02, o certame licitatório será realizado na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, do tipo **menor preço por item**, em conformidade com a lei mencionada, observadas as especificações técnicas definidas no Anexo I deste Termo de Referência.

5. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

5.1 Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens e serviços comuns, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002, do Decreto n° 3.555, de 2000, e do Decreto 10.024, de 2019.

6. ESPECIFICAÇÕES DOS BENS

6.1 Os bens objeto de aquisição são os constantes em tabelas no (anexo I) deste Termo de Referência.

7. DAS REGRAS DE SELEÇÃO DO CONTRATO NA LICITAÇÃO E FORMULAÇÃO DOS LANCES

7.1 DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO DO OBJETO.

7.1.1 O julgamento da licitação será realizado pelo critério do MENOR PREÇO POR ITEM, observadas as regras de aceitação das propostas fixadas neste termo de referência.

7.1.2 A adjudicação o objeto será realizado segundo o critério de julgamento fixado na alínea anterior, observada a decisão final de julgamento do certame pelo Pregoeiro.

7.2 DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO:

7.2.1 Deverá levar em consideração o valor estimado no mapa de preços.

7.2.2 Os preços unitários finais e totais propostos deverão ser aqueles inferiores ou iguais ao valor estimado, não ultrapassando a margem de preferência estabelecida durante a sessão.

7.3 DO VALOR ESTIMADO E O SIGILO DO ORÇAMENTO.

7.3.1 O custo estimado da contratação deverá constar apenas no Mapa de Preços junto ao processo, que será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

7.3.2 Nos termos do artigo. 15 § 1º do Decreto 10.024/2019, o valor estimado não será divulgado, de acordo com o princípio da economicidade e da competitividade, gerando economia institucional e uso racional e eficaz do recurso público direcionado a esta SMS.

7.4 DO ENVIO DE LANCES.

7.4.1 O Envio de Lances será realizado por meio do modo de disputa ABERTO e Fechado, conforme prevê Art. 14 do Decreto 10.024/2019.

8 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

8.1 Quando da contratação, para fazer face à despesa, será emitida Declaração do Ordenador da Despesa de que a mesma tem adequação orçamentária e financeira com a Lei de Responsabilidade Fiscal, com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, acompanhada da Nota de Empenho expedida pelo setor contábil do Órgão interessado.

8.2 As despesas decorrentes da contratação do objeto deste Termo de Referência correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento da Secretaria Municipal de Saúde de Maceió. Para o exercício de 2021.

Sub ação: 18001.403609 - Ampliação da Rede de Urgência

Fonte de Recursos: 0.2.41.001002 - Média e Alta Complexidade

Natureza da Despesa: 4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente

9 DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

9.1 A Contratada deverá fornecer os produtos de acordo com a solicitação da Contratante, através de ordens de fornecimento, consubstanciadas em ofícios, que deverão conter data de expedição, quantidade pretendida, local e prazo para entrega, preços unitário e total, carimbo e assinatura do responsável pela requisição.

9.2 O prazo previsto para entrega deverá ser de até **30(trinta) dias**, contados do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento (via e-mail ou correios) ou retirado na sede da Contratante;

9.3 Os produtos deverão ser entregues, em única parcela, acompanhados da documentação fiscal, Os produtos requisitados deverão ser entregues acompanhados da documentação fiscal, com cópia da Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento, o **Almoxarifado**

Central localizado na Rua Maragogi, nº 110, Canaã, CEP: 57.080-110, Maceió-AL, devendo agendar o horário da entrega, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, através do telefone: **(82)3312-5444**.

- 9.4 Os produtos deverão atender aos dispositivos da **Lei nº 8.078/90** (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislação pertinentes.
- 9.5 Os produtos serão objeto de recebimento provisório e definitivo, nos termos do art. 73, II “a” e “b”, da lei Federal nº 8.666/1993. Assim sendo **05(cinco)** dias para o prazo provisório e **10 (dez)** dias nos prazos definitivos.
- 9.6 O ato de recebimento dos produtos não importa em sua aceitação. A critério da Contratante, os produtos fornecidos serão submetidos a verificação. Cabe à Contratada a substituição dos produtos que vierem a ser recusados, no prazo máximo de **05 (cinco)** dias úteis, contados da solicitação.
- 9.7 A Contratante poderá se recusar a receber os produtos, caso estes estejam em desacordo com a proposta apresentada pela licitante vencedora, fato que será devidamente caracterizado e comunicado à empresa, sem que a esta caiba direito de indenização.

10 DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

- 10.1 Atestado ou certidão expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já realizou fornecimento compatível com o objeto deste Termo de Referência. A comprovação deverá ser feita por meio de apresentação de documentos devidamente assinados, carimbados e em papel timbrado da empresa ou Órgão que adquiriu os produtos.

11 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

11.1 Habilitação Jurídica (conforme o caso):

- a) **EMPRESÁRIO INDIVIDUAL:** documento comprobatório da inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis Competente (Junta Comercial);
- b) **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI) - CCMEI - Certificado da Condição de Microempreendedor Individual**, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempendedor.gov.br;
- c) **EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (EIRELI)** – ato constitutivo em vigor, devidamente registrado no órgão competente (Junta Comercial ou Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso);
- d) **SOCIEDADE EMPRESÁRIA:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente (Junta Comercial ou Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso), **JUNTAMENTE** com o último aditivo, ou somente o ato constitutivo consolidado e aditivos firmados posteriormente à referida consolidação;

- e) SOCIEDADE POR AÇÕES: além dos documentos exigidos na alínea “c” deste subitem, apresentar os documentos de eleição de seus administradores;
- f) SOCIEDADE SIMPLES: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- g) EMPRESA OU SOCIEDADE ESTRANGEIRA: decreto de autorização, assim como ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

11.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista;

- a) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;
- b) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal.
- c) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) quanto aos CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), e quanto à DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), inclusive as CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- d) Certidão Negativa de DÉBITOS TRABALHISTAS (ou Positiva com Efeito de Negativa) perante a Justiça do Trabalho (CNDT) nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.
- e) Certidão negativa de débitos (ou Positiva com Efeito de Negativa) com a Fazenda Estadual e Municipal, do domicílio ou sede da licitante

- 11.3 **Todas as certidões negativas de débitos**, comprovando que a contratada está habilitada a fornecer e prestar serviços da administração pública.

12 DAS OBRIGAÇÕES

12.1 DA CONTRATADA

- I.** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência;
- II.** Comunicar, por escrito, a ocorrência de qualquer anormalidade de caráter urgente que impossibilite o seu cumprimento, tão logo seja verificada, e prestar os esclarecimentos que julgar necessários à requisitante até 24 (vinte e quatro) horas antes do prazo previsto para a entrega.
- III.** Responsabilizar-se pelos encargos fiscais, frete, taxas comerciais, tributos e contribuições que incidirem direta ou indiretamente, e demais ônus referentes ao fornecimento do produto.
- IV.** Providenciar a imediata substituição das deficiências apontadas pela fiscalização na execução da Contratação.

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- V. Substituir, às suas expensas, imediatamente, no total, ou em parte, os produtos que vierem a ser recusados, quando se verificarem vícios, defeitos ou incorreções (artigo 69, Lei Federal n.º 8.666/93).
- VI. Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados, quando caracterizada a má fé, o dolo, a negligência, imprudência ou a imperícia profissional, durante a entrega dos produtos.
- VII. Manter, durante a execução da contratação, as condições da habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- VIII. Ressarcir a Administração Pública do equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção do objeto contratado, exceto quando isso ocorrer por exigência da Contratante ou ainda por caso fortuito ou força maior.
- IX. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier a causar à Contratante ou a terceiros, tendo como agente a Contratada, na pessoa de prepostos ou estranhos.
- X. Responsabilizar-se por quaisquer multas ou despesas de qualquer natureza impostas pela Contratante em decorrência de descumprimento de qualquer cláusula ou condição do instrumento contratual ou instrumento equivalente, dispositivo legal ou regulamento, por sua parte, inclusive os horários de entrega.

12.2 DA CONTRATANTE:

- I. Emitir Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento.
- II. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, atestar as Notas Fiscais e efetuar o pagamento.
- III. Solicitar o fornecimento dos produtos, mediante Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento.
- IV. Comunicar, imediatamente, as irregularidades verificadas na execução da contratação.
- V. Recusar-se a receber os produtos, caso estes estejam em desacordo com a proposta apresentada pela Contratada, fato que será devidamente caracterizado e comunicado à empresa, sem que a esta caiba direito de indenização.
- VI. Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares contratuais.

13 DO PAGAMENTO

- 13.1 O pagamento será efetuado pela Contratante através de depósito bancário em conta corrente fornecida pela contratada, em até **30 (trinta) dias**, contados da apresentação de requerimento, nota fiscal, recibo e certidões necessárias, devidamente analisadas e atestadas pelo servidor designado pela Contratante.
- 13.2 Conforme a **Lei nº 8.666/93, Art. 5º, §3º** os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o **inciso II do art. 24**, sem prejuízo do que dispõe seu parágrafo único, deverão ser efetuados no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, contados da apresentação da fatura.

- 13.3 Havendo erro na Fatura/Nota Fiscal/Recibo, ou outra circunstância que desaprove a liquidação, o pagamento será susinado, até que sejam tomadas as medidas saneadoras necessárias.

14 DA CONTRATAÇÃO

- 14.1 Por se tratar de compra com entrega imediata e integral dos bens, o instrumento de Contrato decorrente da Ata será substituído por **Nota de Empenho de Despesa**, conforme previsão do **Art. 62 da lei 8.666/93**.
- 14.2 O prazo para o recebimento da Nota de Empenho de Despesa será de no máximo 05 (cinco) dias, contados da convocação para a sua formalização, podendo ser prorrogado uma só vez, por igual período, nas situações previstas no **§ 1º do art. 64 da lei nº. 8.666/93**, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no **Art. 81** da mesma lei.
- 14.3 Decorridos os prazos acima citados e, não tendo a empresa vencedora comparecido ao chamamento, perderá o direito a contratação independentemente de sujeitar-se às penalidades do **art. 7º da Lei Federal nº. 10.520/2002** e autoriza a Contratante a convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação da ata, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

15 DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 15.1 A contratação será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela **COORDENAÇÃO DE ATENÇÃO A URGÊNCIA E EMERGÊNCIA**.
- 15.2 O gestor da contratação terá, entre outras, as seguintes atribuições:
- 15.2.1 Expedir ordens de fornecimento;
 - 15.2.2 Proceder ao acompanhamento técnico da entrega;
 - 15.2.3 Comunicar à Contratada o descumprimento do contrato e indicar os procedimentos necessários ao seu correto cumprimento;
 - 15.2.4 Solicitar à Administração a aplicação de penalidades por descumprimento de cláusula contratual;
 - 15.2.5 Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais;
 - 15.2.6 Atestar as notas fiscais de fornecimento para efeito de pagamentos;
 - 15.2.7 Recusar o objeto que for entregue fora das especificações contidas neste Termo de Referência ou que forem entregues em quantidades divergentes daquelas constantes na ordem de entrega;
 - 15.2.8 solicitar à Contratada e a seu preposto todas as providências necessárias ao bom e fiel cumprimento das obrigações.

16 DAS SANÇÕES

- 16.1 São sanções passíveis de aplicação às empresas, sem prejuízo de outras sanções previstas em legislação pertinente e da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem:
- 16.1.1 Advertência;
 - 16.1.2 Multa diária de 0,3% (três décimos percentuais);

- 16.1.3 Multa de até 5% (cinco por cento);
- 16.1.4 Multa de até 10% (dez por cento);
- 16.1.5 Suspensão temporária, pelo período de até 2 (dois) anos, de participação em licitação e contratação com este órgão com a imediata comunicação;
- 16.1.6 Impedimento de licitar e contratar com o Município de Maceió pelo prazo de até cinco anos nos termos do art. 10, Anexo II, c/c art. 14, Anexo I, todos do Decreto Municipal 6.417/2004 com o imediato registro no SICAF.
- 16.2 O fornecedor estará sujeito às sanções do subitem 16.1 nas seguintes hipóteses:
- 16.3 Multa compensatória de 10% (dez por cento), incidente sobre o valor total do contrato, na hipótese de recusa injustificada em reparar os defeitos apresentados nos produtos fornecidos ou substituir, as suas expensas, as peças necessárias ao seu regular funcionamento, a ser recolhida no prazo máximo de **15 dias (quinze) dias** consecutivos, uma vez comunicada oficialmente;
- 16.4 Multa moratória de 0,1% (zero virgula um por cento) ao dia, incidente sobre a parcela inadimplida, na hipótese de atraso no cumprimento dos prazos de entrega, ate o máximo de 10% (dez por cento) recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** consecutivos, uma vez comunicada oficialmente.
- 16.5 “Infrações de menor gravidade que não acarretem prejuízos ao município: aplicação da sanção prevista no subitem 16.1.1”;
- 16.6 Em caso de ocorrência de inadimplemento não contemplado nas hipóteses anteriores, a Administração procederá à apuração do dano para aplicação da sanção apropriada ao caso concreto, observado o princípio da proporcionalidade.
- 16.7 Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, em relação a um dos eventos arrolados no subitem 16.2, a empresa ficará isenta das penalidades mencionadas.
- 16.8 A critério da Contratante, nos termos do art. 87, § 2.º, da Lei Federal n.º 8.666/93, e considerando a gravidade da infração cometida, ocorrendo quaisquer das hipóteses indicadas no subitem 16.2, a sanção prevista no subitem “16.1.5” ou no subitem “16.1.6” do item 16.1 que poderá ser aplicada isolada ou cumulativamente com quaisquer das multas previstas no subitem “16.1.2” a “16.1.4” do mesmo dispositivo.
- 16.9 As penalidades fixadas no subitem 16.1 serão aplicadas através de Processo Administrativo a cargo da Contratante, no qual serão assegurados à contratada o contraditório e a ampla defesa.
- 16.10 As sanções administrativas serão registradas no SICAF.

17 DA GARANTIA

- 17.1 Todos os produtos fornecidos devem possuir uma garantia do fabricante de, no mínimo, **12(doze) meses**, contados da data do recebimento definitivo.
- 17.1.1 Havendo prazo de garantia superior ao mínimo exigido prevalecerá a regra mais favorável a Administração Pública.**

- 17.2 Durante o período de garantia/validade, os produtos que apresentarem defeitos deverão ser trocados por outro de igual modelo, ou superior, mantendo, no mínimo, as mesmas características dos produtos originalmente fornecidos e todas as despesas inerentes à reposição e transporte, correrão por conta da Contratada, não cabendo qualquer ônus a Contratante, conforme o caso.
- 17.3 A Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) regerá as demais disposições pertinentes à matéria.

18 DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- 18.1 O setor técnico competente auxiliará o pregoeiro nos casos de pedidos de esclarecimentos, impugnações a análise de propostas.
- 18.2 Eventuais pedidos de informações/esclarecimentos deverão ser encaminhados a Diretoria de Atenção à Saúde, por escrito no endereço: Rua Dias Cabral, 569 - Centro, Maceió - AL, 57020-250 Telefone: (82) 3312-5457 ou por e-mail: urgenciaemergencia@sms.maceio.al.gov.br

Maceió, 30 de Janeiro de 2022.

De acordo.

Aline Mota Palácio
Gerência de Atenção à Urgência e Emergência- SMS

ANEXO I

DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO

ITEM	QUANTITATIVO	LOCAL
<p>Armário escritório, material: madeira, quantidade portas: 2 un, material porta: madeira, quantidade prateleiras: 2 un, material prateleiras: madeira, revestimento: laminado melamínico, largura: 1 m, altura: 1100 mm, características adicionais: tipo balcão, profundidade: 500 mm, acabamento superficial: laminado melamínico texturizado, cor: madeirado, material estrutura:tubo em aço, material base: madeira, tipo: médio, espessura tampo: 25 mm Catmat: 476420</p>	<p>17 Unidades</p>	<p>ALMOXARIFADO</p>
<p>Cadeira ascensorista, material assento e encosto: espuma 4 cm, material estrutura: aço, material revestimento assento e encosto: vinil sintético fosco, acabamento superficial estrutura: capa de polipropileno, tipo base: fixa, regulagem vertical: mecânica por esferas e blindagem telescópica, características adicionais: 4 pés com sapatas deslizadoras, banqueta giratória Catmat: 326431</p>	<p>12 Unidades</p>	<p>ALMOXARIFADO</p>

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

<p>Armário escritório, material: mdf, quantidade portas: 7 un, material porta: madeira mdf, quantidade prateleiras: 6 un, material prateleiras: madeira mdf, largura: 388 cm, altura: 0,78 m, características adicionais: com puxador, profundidade: 40 cm, acabamento superficial: laminado melamínico, cor: noce mare, tipo: suspenso</p> <p>Catmat: 462580</p>	<p>05 Unidades</p>	<p>ALMOXARIFADO</p>
<p>Cadeira com braço, tipo assento , encosto: giratória, material assento,encosto: fibra vidro poliéster,espuma poliuretano injetada, quantidade de pés: 05 un, tratamento superficial: pintura eletrostática em epóxi-pó, tratamento anti, cor: preta, material revestimento assento e encosto: curvim preto sem costura, dimensões assento: 460 x 430 mm, características adicionais: regulável, dimensões encosto: 420 x 460 mm</p> <p>Catmat: 458963</p>	<p>24 Unidades</p>	<p>ALMOXARIFADO</p>

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

<p>Cadeira fixa, material assento: espuma de poliuretano, material encosto: espuma de poliuretano, material estrutura: aço maciço trefilado de 7,16 pol dobrado, em peça, material revestimento assento e encosto: couro sintético, acabamento estrutura: pintura eletrostática, tipo base: fixo, características adicionais: sem braço, encosto fixo, espaldar médio, cor: preta, tipo pé: sapatas delizadora</p> <p>Catmat: 468762</p>	<p>66 Unidades</p>	<p>ALMOXARIFADO</p>
<p>Mesa escritório, material estrutura: aço, material tampo: aglomerado de alta resistência - mdf, revestimento tampo: laminado melamínico, cor tampo: cinza claro, largura: 0,60 m, altura: 0,74 m, comprimento: 1,20 m, acabamento estrutura: pintado em epóxi, espessura tampo: 25 mm, características adicionais: coluna central, painel frontal em laminado melamíni</p> <p>Catmat: 355035</p>	<p>14 Unidades</p>	<p>ALMOXARIFADO</p>
<p>Mesa impressora microcomputador, material estrutura: aço tubular, acabamento estrutura: pintura eletrostática epóxi-pó, material tampo: madeira, revestimento tampo: laminado melamínico texturizado, padrão acabamento tampo: madeirado, cor estrutura: grafite, tipo base: sapatas niveladoras, largura: 600 mm, profundidade: 600 mm, altura: 740 mm, cor tampo: madeirado, espessura tampo: 25 mm, características adicionais: com tratamento antiferruginoso, pintura epoxi pó</p>	<p>15 Unidades</p>	<p>ALMOXARIFADO</p>

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

<p>Catmat: 476423</p>		
<p>Poltrona reclinável, cor: bege, componentes: assento,encosto,apoio braços e pés articulados, características adicionais: apoio p, pés acoplado a poltrona, acabamento: assento,encosto,pés e braços estofados, largura: 74 cm, profundidade: 74, estrutura: tubular, aplicação: hospitalar</p> <p>Catmat: 447928</p>	<p>24 Unidades</p>	<p>ALMOXARIFADO</p>
<p>Módulo de trabalho, material: madeira mdf, dimensões mesa escritório: 1,20 x 0,75 x 0,74 m, número gavetas mesa escritório: 3 un, dimensões conexão: 0,75 x 0,74 m, dimensões mesa microcomputador: 1,00 x 0,75 x 0,74 m, características adicionais: mesa computador com porta-teclado retrátil, mesa, revestimento: laminado melamínico, tipo conexão mesas: angular arredondada de 90°, composição: mesa base, conexão e mesa p,microcomputador</p> <p>Catmat: 237517</p>	<p>05 Unidades</p>	<p>ALMOXARIFADO</p>
<p>Estante, material: madeira compensada, tipo: aberta, profundidade: 0,60 m, acabamento superficial: laminado madeira tauari,selador fosco cor cedro, quantidade prateleiras: 3 un, altura: 2,30 m, largura: 2,95 m, características adicionais: ferragens em aço inox,fechaduras nas portas,puxado</p> <p>Catmat: 355803</p>	<p>13 Unidades</p>	<p>ALMOXARIFADO</p>

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

<p>Armário estante, material: madeira mdf, revestimento: laminado melamínico, largura: 0,90 m, profundidade: 0,50 m, altura: 1,10 m, cor: argila, acabamento superficial: laminado melamínico, quantidade prateleiras internas: 2 un, quantidade portas: 2 un, espessura corpo: 18 mm, características adicionais: prateleiras reguláveis, material base: metal</p> <p>Catmat: 346502</p>	<p>05 Unidades</p>	<p>ALMOXARIFADO</p>
<p>Cama conjugada, cama tipo beliche</p> <p>Catmat:64947</p>	<p>06 Unidades</p>	<p>ALMOXARIFADO</p>
<p>Mesa refeitório, material tampo: mdf, revestimento tampo: laminado melamínico, espessura: 15 mm, altura: 64 cm, material estrutura: tubo aço galvanizado, acabamento superficial estrutura: pintura em epóxi, comprimento: 180 cm, largura: 60 cm, características adicionais: banco para 8 lugares</p> <p>Catmat: 475767</p>	<p>01 Unidade</p>	<p>ALMOXARIFADO</p>
<p>Mesa reunião redonda, material: aglomerado de alta resistência - mdf, tipo madeira: aglomerado, acabamento superficial: revestimento com madeira laminada, tipo revestimento: laminado melamínico baixa pressão, diâmetro: 120 cm, espessura tampo: 25 mm, cor tampo: cinza cristal, características adicionais: autoportante, estrutura em aço fosfatizado, material estrutura: aço pintado em epoxi, cor estrutura: cinza grafite</p>	<p>01 Unidade</p>	<p>ALMOXARIFADO</p>

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Catmat: 250267		
Cadeira sobre longarina, material: assento e encosto: espuma de poliuretano, material revestimento assento e encosto: tecido couríssimo, plástico e metais, cor: preta, quantidade assentos: 4 un, características adicionais: conforme modelo, comprimento longarina: 230 cm, material estrutura: aço, cor longarina: preta Catmat: 469699	60 Unidades	ALMOXARIFADO
Armário escritório, material: madeira, quantidade portas: 2 un, material porta: madeira, quantidade prateleiras: 4 un, revestimento: laminado melamínico, comprimento: 1,60 m, largura: 0,90 m, características adicionais: fechado com chave, profundidade: 0,45 m Catmat: 263953	01 Unidade	ALMOXARIFADO
Estrado modular, material: pvc, comprimento: 820 mm, largura: 410 mm, altura: 300 mm, cor: marrom, características adicionais: tipo pallet´s Catmat: 349888	02 Unidades	ALMOXARIFADO

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

<p>Balcão atendimento, material estrutura: madeira, acabamento estrutura: envernizado, material corpo: aglomerado, revestimento corpo: folheado madeira, padrão acabamento: cedro, cor estrutura: incolor, quantidade prateleiras: 1 un, quantidade gavetas: 2 un, características adicionais: com 4 portas, largura: 2 m, profundidade: 0,70 m, altura: 1,10 m</p> <p>Catmat: 207112</p>	<p>02 Unidades</p>	<p>ALMOXARIFADO</p>
<p>Relógio, material: plástico, tipo: parede, mostrador: analógico, funcionamento: pilha, características adicionais: fundo branco e algarismos arábicos pretos</p> <p>Catmat: 454885</p>	<p>03 Unidades</p>	<p>ALMOXARIFADO</p>
<p>Quadro avisos, material: madeira, comprimento: 180 cm, largura: 120 cm, finalidade: anexar avisos, material moldura: madeira, características adicionais: com portas de correr em vidro e fechadura, revesti, cor moldura: branca</p> <p>Catmat: 300172</p>	<p>09 Unidades</p>	<p>ALMOXARIFADO</p>

ANEXO II

RELATÓRIO DE JUSTIFICATIVA

Os equipamentos que versam a presente aquisição são necessários para garantir a operacionalização do sistema para prestação de serviço à população, garantindo o atendimento na Unidade de Pronto Atendimento – UPA, localizada no Bairro Santa Lúcia, reduzindo os danos instalados e promovendo a saúde, visando à integralidade da assistência.

A unidade que se encontra em construção está localizada no endereço: Av. Aquiduaana, S/N, Bairro: Santa Lúcia – Maceió – AL, no VII distrito sanitário será de porte III, com 15 leitos de internação, sendo quatro de observação infantil, oito de observação adulto, dois leitos em quartos individuais, cinco leitos de emergência adulto e um leito de emergência infantil. A UPA funcionará 24 horas, todos os dias da semana, contando com uma equipe assistencial qualificada para atender as necessidades da região. Esse equipamento tem capacidade para 350 atendimentos diários.

A Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24 horas é o estabelecimento de saúde de complexidade intermediária, porte III.

Serão realizados os seguintes atendimentos:

03.01.06.002-9	ATENDIMENTO DE URGÊNCIA C/ OBSERVAÇÃO ATÉ 24 HORAS EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA
03.01.06.009-6	ATENDIMENTO MÉDICO EM UPA 24H DE PRONTO ATENDIMENTO
03.01.06.010-0	ATENDIMENTO ORTOPÉDICO COM IMOBILIZAÇÃO PROVISÓRIA
03.01.06.011-8	ACOLHIMENTO COM CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

O quantitativo dos itens que se busca a aquisição fora fixado com supedâneo na a Portaria GM/MS 10, de 03 de janeiro de 2017, nos artigos abaixo listados:

Artº 8 Quanto ao mobiliário, aos materiais e aos equipamentos mínimos obrigatórios, deverá ser observado o disposto no arquivo eletrônico disponível no Sistema de Monitoramento de Obras - SISMOB, no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde do Ministério da Saúde.

Art. 9º A aquisição dos equipamentos médico-hospitalares e mobiliários deverá ocorrer até o início de funcionamento da UPA 24h. Parágrafo único. Os entes federados beneficiários cadastrarão os equipamentos e mobiliários adquiridos no SCNES.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Utilizou-se ainda o Projeto Arquitetônico Mínimo **UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO UPA 24 H – VERSÃO 2.0/2018 INSTALAÇÕES FÍSICAS/EQUIPAMENTOS/PADRONIZAÇÃO VISUAL** (fls. 45 a 58), o qual determina os quantitativos mínimos que a unidade de saúde deve ter, ou seja, os itens são quantificados de acordo com o Porte de atendimento.